



CARTA DE PORTO ALEGRE

Os participantes do Painel a Educação Superior no Pós-CRES 2018 promovido em Porto Alegre no dia 25 de setembro pela ANDIFES, ABRUEM E CONIF após um dia de intenso debates sobre o futuro da Declaração Final da Cres-2018, da necessidade de um Plano de Ações construído com a participação das representações da Educação Superior na América Latina e Caribe e a necessidade da manutenção de espaços democráticos de acompanhamento das ações, decidiram por se manifestar às comunidades da Educação Superior do Brasil, da América Latina e Caribe da seguinte forma:

Ratificando o espírito e princípios da Reforma de Córdoba de 1918;

Reafirmando os acordos firmados nas Declarações da Reunião de Havana, Cuba, de 1996, da Conferência Mundial de Educação Superior de 1998, da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe de 2008 e ENLACES;

Reconhecendo o caráter estratégico das Instituições Públicas de Ensino Superior na luta por uma mudança estrutural, capaz de tornar a sociedade mais justa, democrática, igualitária e sustentável;

Destacando a Educação Superior como um bem público e social, um direito humano e dever do Estado;

Defendendo as Instituições Públicas de Ensino Superior como o *locus* da cultura, e a cultura um processo de valorização da pessoa humana e da vida;

Percebendo as Instituições Públicas de Ensino Superior como espaços de debate de ideias, experiências, práticas agregadoras e transformadoras da sociedade em suas organizações sociais, econômicas e políticas para o bem comum;

Tendo em vista a relevância das Instituições Públicas de Ensino Superior em seu comprometimento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do país e da região, e com a busca da resolução dos desafios contemporâneos por meio da interação produtiva e criativa das diferentes áreas do conhecimento;

Devendo a ciência, as artes e a tecnologia constituírem pilares, nas Instituições Públicas de Ensino Superior, de cooperação para o desenvolvimento da liberdade, da igualdade da solidariedade da região, baseadas em processos de consolidação de um bloco economicamente independente e politicamente soberano;

Reivindicando a autonomia que permita às Instituições Públicas de Ensino Superior exercerem seu papel crítico e propositivo perante a sociedade, sem que existam limites impostos pelos governos da hora, crenças religiosas, mercado ou interesses particulares;

Lutando pela preservação do caráter público das Instituições de Ensino Superior, da gratuidade do ensino, do amplo acesso e da inclusão, com garantia de financiamento público estatal;



Valorizando a qualidade de vida da população, a superação da pobreza e da precarização do trabalho; da dignidade humana e da integração social; e a garantia do equilíbrio dos ecossistemas para a redução das desigualdades regionais;

Visando, finalmente, garantir os direitos humanos para o bem-estar dos nossos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional solidária latino-americana e caribenha,

as Associações reunidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, em 25 de setembro de 2018, ANDIFES, ABRUEM e CONIF

REAFIRMAM

A DECLARAÇÃO EMANADA DA III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe, realizada em Córdoba, Argentina, de 11 a 14 de junho de 2018 e

PROPÕEM PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

Enfatizar a CRES como a voz da América Latina e do Caribe para a UNESCO e não o contrário;

Descentralizar a elaboração do plano de ação para o que foi decidido na CRES, evitando possíveis retrocessos e distorções;

Repetir a Pós-CRES nos diferentes países;

Fortalecer e garantir o ENLACES como espaço contínuo de discussão do documento da CRES e sua implementação através de ações;

Reiterar a educação de ensino superior como um direito humano, um bem social e responsabilidade dos Estados;

Reafirmar a educação superior, através do compromisso e da responsabilidade social, para garantir o pleno exercício ao direito à educação superior pública, gratuita e de amplo acesso;

Solicitar que os governos não subscrevam acordos bilaterais ou multilaterais de livre comércio que impliquem conceber a educação como um serviço lucrativo e não encorajem formas de mercantilização em qualquer nível do sistema educacional;

Desenvolver metodologias que nos permitam analisar nossas potencialidades como vetores de transformação social, incluindo saúde, segurança e educação básica;

Criar eixos de desenvolvimento e trabalhá-los através de parcerias entre os diferentes países;



Superar a representação fragmentada das instituições de ensino superior em prol de um sistema nacional e regional;

Resgatar e reforçar a área das humanidades, ressignificando a indústria cultural, colocando-a ao lado de todo o desenvolvimento científico e tecnológico;

Criar um programa de difusão artístico-cultural na América Latina;

Valorizar a extensão universitária, a inclusão dos diferentes saberes e a educação popular, ampliando o diálogo com diferentes setores da sociedade;

Estimular as agências já existentes e/ou a criação de agências regionais para a incrementação dos recursos e estímulo à educação, à ciência e à tecnologia;

Construir uma produção científica mais engajada, identificando os desafios estratégicos nacionais ou internacionais;

Instar os Estados a promoverem uma vigorosa política de ampliação da oferta de educação superior, fortalecendo as ações afirmativas e a abertura à diversidade - com base em gênero, etnia, classe e capacidades diferentes - para garantir o acesso universal, a permanência e a titulação;

Discutir os processos de avaliação na graduação, buscando a mesma qualidade da avaliação na pós-graduação;

Oportunizar a criação de outras modalidades de formação, como os bacharelados interdisciplinares;

Engajar a comunidade por uma educação superior que possa exercer sua vocação cultural e ética de forma autônoma e livre, sem qualquer possibilidade de homogeneização, contribuindo, assim, para gerar definições políticas e práticas que influam nas necessárias e almejadas mudanças da sociedade;

Fortalecer a formação continuada de professores, de modo a intervir decisivamente na sociedade, tendo como princípio o entendimento de que a educação deve ser um projeto de social em todas as circunstâncias;

Articular o ensino superior com o sistema educacional como um todo, contribuindo, efetivamente, para a qualificação da educação básica;

Buscar, junto aos Estados, o envolvimento na rede Sul-Sur, reorientando, assim, a internacionalização, costurando o papel estratégico da rede junto aos governos; trabalhando, efetivamente, de modo cooperativo nesse eixo;

Estimular os governos na criação de cátedras como possibilidade de maior aproximação cultural;

Criar mecanismos de reconhecimento de títulos, abrindo a mobilidade e o mundo do trabalho na América Latina e no Caribe;

Colocar na agenda do conhecimento a problemática da América Latina e do Caribe;

Lutar contra a opressão e o patrulhamento ideológico que se colocam sobre as Instituições;

Convocar as instituições de ensino superior a ocuparem um papel preponderante na promoção e fortalecimento das democracias latino-americanas;



Incentivar, nas instituições de ensino superior, o trabalho pelo desenvolvimento sustentável e a integração da América Latina e Caribe.

A principal força da mensagem de Córdoba em 1918 é dada pela construção coletiva do Manifesto que assim se legitima e perdura até hoje. A construção da Declaração Final da CRES-2018 resgatou essa elaboração coletiva, dando voz a incontáveis participações de representações associativas, redes, sindicatos, grupos e indivíduos e reconhece que *"A Educação Superior deve constituir-se a partir das lideranças locais, estaduais, nacionais e internacionais, tal e como agora estão aqui representados plenamente."* A legitimidade da Declaração final da CRES-2018 é aquela dada pelo esforço de cada uma dessas participações.

A Declaração estabelece as bases para o desenvolvimento da Educação Superior na América Latina e Caribe reconhecendo que *"estes princípios se fundam na convicção profunda de que o acesso, o uso e a democratização do conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para poder garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos nossos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional solidária latino-americana e caribenha."* Essa missão só pode ser cumprida com a plena autonomia das universidades no exercício de seu papel crítico e propositivo. Ao longo desses 100 anos, a Educação Superior na América Latina e Caribe vem cumprindo papel essencial no desenvolvimento humano socialmente referenciado, acessível a todos e sem distinção social, de gênero, etnia, religião nem idade. Destaca-se o compromisso social com igualdade, democracia plena, desenvolvimento econômico, criação e acesso à cultura e à arte, e defesa dos direitos humanos. Este compromisso implica que a educação superior seja parte da sociedade e se democratize em todos seus âmbitos.

Reunidos em Porto Alegre a ANDIFES, ABRUEM e CONIF ratificam que a educação superior é um bem público e social, um direito humano e um dever do Estado. O conhecimento deve ser considerado um bem público social. Dessa forma, a educação superior pública deve ser gratuita e, para ser completa, deve estar acompanhada de sistemas de bolsas para estudantes de baixos recursos e provenientes de populações marginalizadas. A educação não é uma mercadoria.

Reivindicam, ANDIFES, ABRUEM e CONIF, que a implementação das decisões constantes na Declaração de Córdoba 2018 seja efetivada através de um Plano de Ações construído a partir da participação democrática de todos atores presentes na Conferência Regional. Reconhecem o papel importante da IESALC-UNESCO na CRES-2018, como também a essencial contribuição da Universidade de Córdoba, do CIN e do Governo da Argentina. Isso, contudo, não pode afastar a construção do Plano de Ações da natureza coletiva da CRES-2018, sob o risco de uma perda da legitimidade construída a muitas mãos por toda a comunidade da Educação Superior na América Latina e Caribe. Da mesma forma, entendem que as propostas constantes na Declaração de Córdoba 2018 e o Plano de Ações a ser construído devam se constituir em permanente referência para autoridades educacionais, representações e organizações da sociedade, Governos da Região, e organismos internacionais, inclusive como representação regional na futura Conferência Mundial de Educação. Para tanto, é essencial que se respeite a decisão emanada da



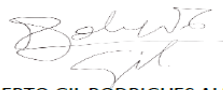
II Conferência Regional da Educação Superior de 2008, que propôs o Espaço Latinoamericano e Caribenho de Educação Superior, ENLACES. ANDIFES, ABRUEM, e CONIF entendem que o acompanhamento do Plano de Ações deva se dar a partir da promoção do ENLACES como espaço crítico e propositivo, em acordo, inclusive, com o que propõe a Declaração de Córdoba 2018 para a Educação Superior, Governos e Sociedade e como exemplo interno da democracia que todos defendemos.



Reitor Reinaldo Centoducatte
Presidente da Andifes



Reitor Haroldo Reimer
Presidente da Abruem



ROBERTO GIL RODRIGUES ALMEIDA
Presidente do Conif